



**ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA FAZENDA  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

**2ª CÂMARA DE JULGAMENTO - Res. 648/03**  
**SESSÃO DE 24/10/2003**  
**PROCESSO DE RECURSO Nº 1/000678/03**  
**AUTO DE INFRAÇÃO: 1/200113210**  
**RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**  
**RECORRIDO: NEKTAR COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.**  
**CONS. RELATOR: AFFONSO TABOZA PEREIRA**

**EMENTA: ICMS – LIMITE DE EPP -- NULIDADE DECLARADA EM 1ª INSTÂNCIA – AUTUAÇÃO DE JULHO/00 A SETEMBRO/01 – RETORNO PARA NOVO JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA – O EXTRAPOLAMENTO OCORREU NO PERÍODO DE JANEIRO A JULHO/2000.** O agente fiscal constatou que em julho de 2000 a empresa já havia estourado o limite de 200.000 UFIRs, limite da EPP, portanto, lavrou o auto referente aos meses subseqüentes, uma vez que deveria ter recolhido pelo regime normal. Não impedimento algum do agente fiscal. Decisão pelo retorno à Célula de Julgamento de 1ª Instância para novo julgamento. Unanimidade de votos.

**RELATÓRIO:**

Versa a autuação sobre falta de recolhimento, uma vez que a autuada extrapolou o limite estabelecido para o enquadramento em Empresa de Pequeno Porte, sendo autuada em R\$211.645,88, no período de 07/2000 a 09/2001.

Após indicar os dispositivos legais infringidos, sugere a penalidade do art. 878, I, alínea "d" do Dec. nº 24.569/97, Regulamento do ICMS (RICMS).

Informações Complementares, Ordem de Serviço, Termo de Intimação, Planilhas do Cálculo da Diferença do ICMS a Recolher, Planilha com o demonstrativo da ultrapassagem do limite faturamento da EPP, diversas consultas aos sistemas fazendários entre outros documentos, fls. 03/35.

Impugnação tempestiva às fls. 37 usque 99, pugnando por nulidade e improcedência da autuação.

A decisão do insigne Julgador Monocrático, às fls. 102/106, resultou na nulidade, assim considerando por não ter realizado o levantamento dentro do ano base de 2000, juntando os cálculos com o ano de 2001, extrapolando o limite estabelecido no artigo 733 do RICMS.

Recurso de Ofício.

A Consultoria Tributária às fls. 111/112, em Parecer de nº 602/2003, opinou, pelo conhecimento do recurso oficial, negar-lhe provimento, no sentido de ratificar a nulidade declarada na instância singular, recebendo a chancela da Procuradoria Geral do Estado que adotou o Parecer às fls. 113.

Vieram-me os autos para o Voto.

Eis o relatório.

**VOTO DO RELATOR**

A empresa ora autuada estava enquadrada no regime de recolhimento como EPP, cuja legislação contida no art. 733, do Dec. nº 24.569/97 determina que a receita bruta será calculada durante o ano-base, não podendo ultrapassar 200.000 UFIR.

O agente fiscal, quando da constatação de que a autuada, entre os meses de janeiro/00 à julho/00, havia auferido receita operacional superior ao limite legal estabelecido, veio a lavrar a autuação, e, se nos meses subseqüentes deveria ter passado para o regime normal de recolhimento, o que não aconteceu, permanecendo em EPP, daí o auto se referir até 26/11/2001, por ter estourado o limite no ano base de 2000 logo nos sete primeiros meses do ano.

Portanto, descarto a nulidade apontada pelo ilustre Julgador Singular.

Considerando que a Célula de Julgamento de Primeira Instância julgou nula a fiscalização, por não haver entendido a operação realizada pelo agente fiscal, pelo que considerou impedido, nos termos do art. 32 da Lei nº 12.732/97, pois julgou ter a apuração sido realizada no período de 01/01/2000 a 26/11/2001, e a ação fiscal não poderia dar-se de forma contínua já que a norma legal determina que a apuração só pode ser feita para as EPP's dentro de cada exercício comercial;

Considerando que resta comprovado nos autos ter, em verdade, o agente fiscal procedido o levantamento da receita bruta junto a autuada somente no período de janeiro/00 a julho/00, desconsiderando sua qualidade de EPP por este motivo, fato este a afastar a tese de impedimento, validando a ação fiscal, tanto que só autuou os meses subseqüentes;

Sou pelo conhecimento do recurso oficial, dar-lhe provimento para rejeitar a decisão singular, determinando o retorno do processo a 1ª Instância para novo julgamento, nos termos do voto do Relator e em desacordo com o parecer da douta PGE.

É O VOTO.

**DECISÃO :**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que é recorrente **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA** e recorrido **NEKTAR COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**,

**RESOLVEM** os membros da 2ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do recurso oficial, dar-lhe provimento para rejeitar a decisão singular, determinando o retorno do processo a 1ª Instância para novo julgamento, nos termos do voto do Relator e em desacordo com o parecer da douda PGE.

**SALA DE SESSÕES DA 2ª CÂMARA DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**, em Fortaleza, aos 22 de dezembro de 2003.

Nabor Barbosa Meira  
PRESIDENTE

Francisco José de Oliveira Silva  
CONSELHEIRO

Benoni Vieira da Silva  
CONSELHEIRO

Eliane Resplande Figueiredo de Sá  
CONSELHEIRA

Adriano Jorge Pequeno Vasconcelos  
CONSELHEIRO

José Mirtônio Colares de Melo  
CONSELHEIRO

Antonio Luiz de Nascimento Neto  
CONSELHEIRO

Eliane Maria de Souza Matias  
CONSELHEIRA

**Affonso Taboza Pereira**  
**CONSELHEIRO RELATOR**

Ubiratan Ferreira de Andrade  
PROCURADOR DO ESTADO